

Brasil, 1918: Os debates econômicos em torno da Gripe Espanhola e do Comissariado da Alimentação Pública

Amaury Gremaud

Universidade de São Paulo (FEA-RP)

agremaud@usp.br

Mauro Boianovsky

Universidade de Brasília (UnB)

mboianovsky@gmail.com

Alexandre Andrada

Universidade de Brasília (UnB)

afsa@unb.br

Resumo

O artigo analisa as dimensões econômicas da epidemia de Gripe Espanhola que atingiu o Brasil em 1918, com ênfase na atuação do Comissariado de Alimentação Pública, criado em 1917 no contexto da Primeira Grande Guerra. A Guerra provocou um severo aumento do custo de vida em diversos países, inclusive no Brasil. A perda do poder de compra foi um dos fatores fundamentais por trás do grande movimento grevista de 1917, que provocou sérias agitações políticas e sociais no país. A carestia continuou a ser um problema em 1918. Diante desse cenário, o governo resolveu criar o Comissariado da Alimentação Pública, dirigido pelo ex-ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões. Inspirado em órgãos estrangeiros à época, o Comissariado tinha poderes para restringir exportações, tabelar preços e fazer requisições de mercadorias. Em meados de setembro, o país foi atingido pela epidemia da Gripe Espanhola, que provocou sérios desarranjos econômicos, como a paralisação do comércio, indústria e transportes, o que levaria a Associação Comercial do Rio de Janeiro pressionar o governo federal pela decretação da moratória dos títulos com vencimentos durante aqueles dias de caos, o que não ocorreu. Nesse cenário conturbado, o Comissariado ganhava ainda mais protagonismo, embora cercado por intensos debates que refletiam a tensão patente entre liberalismo e intervenção nos mercados.

Abstract

The paper discusses the economic aspects of the Spanish Influenza epidemics that hit Brazil in 1918, with emphasis on the performance of the “Comissariado de Alimentação Pública” (CAP, or Food Controller) created in 1917 during the First Great War. The War brought about a severe increase of the cost of living in many countries, including Brazil. The decline of purchasing power was a key factor behind the extensive strikes of 1917, accompanied by serious political and social conflicts. The high cost of living remained a problem in 1918. Under pressure, the government decided to create CAP, directed by former Finance minister Leopoldo de Bulhões. Inspired by some contemporary foreign experiments, CAP had powers to control exports, fix prices and confiscate commodities. In mid September, the country was hit by the Spanish Flu epidemics, which caused serious economic upsets, such as the interruption of commercial, industrial and transport sectors, which led the Rio Commercial association to demand from central government a moratorium of business bonds due during that period of chaos, which did not happen. As part of that unstable setting, CAP increased its role as protagonist, although surrounded by intense debates reflecting the tension between liberalism and market intervention.

Palavras-chave: Gripe Espanhola, Comissariado da Alimentação Pública, Guerra, Custo de Vida, Moratória

Keywords: Spanish Influenza, Comissariado da Alimentação Pública, War, Cost of Living, Moratorium

JEL: B10, N16

1. Introdução

A partir de meados de setembro de 1918, diversas cidades do Brasil passaram a ser assoladas pela gripe espanhola. A epidemia foi relativamente breve, mas devastadora. No Rio de Janeiro os óbitos diários entre os dias 7 e 22 de outubro saltaram de 2 para 901, recuando para pouco mais de uma dezena ao final de novembro. Nesses dois meses, morreram quase 12.000 pessoas, mais de 1% da população da cidade de 1,15 milhões segundo o censo de 1920. No Recife, onde a subnotificação foi patente, morreram 1.738 pessoas, o equivalente a 0,72% da população local. Na capital federal e em São Paulo, estima-se que 2/3 dos habitantes foram contaminados. Em Porto Alegre, o governo estimava que ao menos metade dos habitantes tinham contraído a moléstia. Calcula-se que 180 mil pessoas morreram no Brasil, com uma taxa de mortalidade por volta de 6,8 por mil habitantes, acima dos EUA (Patterson e Pule, 1991; Alonso et alli 2011; Schwarcz & Starling, 2020). Ao contrário de surtos anteriores que fatais principalmente os idosos, a gripe espanhola vitimou principalmente pessoas entre 15 e 44 anos, ou seja, a população economicamente ativa. À medida que a doença se espalhava, o comércio, a indústria, os serviços de transportes, as repartições públicas, entre outras, iam sendo forçadas a suspender suas atividades, em parte por causa do choque negativo na oferta de trabalho.

Segundo estimativas, a produção brasileira teria recuado 2,1% no ano de 1918¹. Como a população crescia a uma taxa pouco abaixo dos 3% ao ano, houve retração da renda per capita de 5% em um único ano. Os impactos econômicos da gripe espanhola, porém, são relativamente negligenciados em obras de referência da historiografia econômica, como Albert (2002), Franco e Lago (2012), Abreu (2015) e Caldeira (2017). Uma potencial explicação é o fato da comunidade de economistas à época, tanto no Brasil, quanto nos países mais avançados, terem negligenciado a questão, como mostram Boianovsky & Erreygers (2021)². Certamente outros problemas parecem se sobrepor na explicação do desempenho da economia brasileira em 1918, como as próprias dificuldades do estado de guerra do período e a violenta geada em São Paulo, que afetou 80% dos cafezais do estado.³ Uma parte do recuo verificado, porém, pode ser atribuído à epidemia. Além desses impactos não negligenciáveis de curto prazo, trabalhos recentes como o de Guimbeau, Menon e Musacchio (2020), apontam para existência de efeitos de longo prazo da epidemia sobre a economia de São Paulo.

Outro problema enfrentado pela economia brasileira no período foi o aumento do custo de vida. Em 1917 uma greve iniciada em uma indústria têxtil no bairro paulistano da Mooca foi o estopim de um movimento grevista de escala nacional. O movimento causou grande agitação no país, com choques entre operários e as forças de segurança, ataques aos estabelecimentos industriais e até ameaças de invasão de palácios do governo. Diante do risco da ampliação da convulsão social, o governo federal criou em julho de 1918, pouco antes da epidemia, o Comissariado da Alimentação Pública (CAP) com o objetivo de controlar os preços e assim diminuir as agitações políticas. O CAP ganhou ainda mais protagonismo no segundo semestre, dado que a epidemia desarticulou os mercados e atraiu a ação de “açambarcadores” (especuladores). O CAP foi também acumulando controvérsias e críticas entre os defensores do liberalismo econômico na imprensa e no parlamento, bem como entre as elites regionais.

O presente trabalho se insere na literatura em torno dos impactos da Primeira Guerra Mundial e em especial da epidemia de gripe espanhola no Brasil, com foco no debate entre economistas,

¹ Estimativas de IBGE/SCN baseadas em Haddad (1978).

² Quando falamos em “economistas” neste momento, estamos nos referindo a autodidatas e pessoas que lidavam com questões econômicas. Sobre a “comunidade de economistas” no Brasil naquele momento e sobre os debates em torno da gripe espanhola promovida por esta comunidade ver Boianovsky (2021).

³ Costuma se afirmar que o estado de São Paulo foi afetado em 1918 pelos 4 G: Guerra, gripe, geada e gafanhotos (Toledo 2015). Sobre as geadas, o governo Altino Arantes escreveu: “destruíram, em poucas horas, a maior parte dos nossos cafezais; sacrificaram, por alguns anos, as fartas e promissoras colheitas do produto que representa o maior patrimônio do nosso Estado e de todo o Brasil. [...]” (Arantes 1918b, p.8).

intelectuais, jornalistas e políticos não apenas sobre a doença, mas também sobre algumas medidas econômicas adotadas pelo governo de Wenceslau Braz, em especial a ação do CAP, sob direção de Leopoldo de Bulhões. De modo geral, o CAP pode ser considerada a primeira tentativa de introduzir mecanismos de planejamento econômico no Brasil, o que só pode ser compreendido no contexto da Guerra e da mais severa crise sanitária até então experimentada no país.

2. A criação do Comissariado da Alimentação Pública e suas ações iniciais

O conflito na Europa agravou os problemas brasileiros do balanço de pagamentos que vinham desde 1912. O início da guerra causou "uma virtual interrupção de fluxos de capital para as economias latino-americanas" (Franco e Lago 2012, p. 206). A fuga de capitais desdobrou-se, no início de agosto de 1914, no fechamento da Caixa de Conversão e consequente abandono do padrão-ouro pelo Brasil. Do lado comercial, o conflito impôs sérios embaraços ao transporte marítimo, fatores que provocaram inicialmente uma queda nas exportações brasileiras. Desprovido de reservas em moeda fortes e com dificuldades no cumprimento das obrigações externas, o governo estabeleceu novo acordo com os credores em outubro de 1914, o segundo *funding loan*. Com o fechamento da Caixa de Conversão, o governo fez emissões de notas inconvertíveis do Tesouro Nacional, de forma a tentar aliviar a crise de liquidez e a recessão que afligia a economia brasileira.

As exportações brasileiras, apesar das dificuldades dada a queda imediata dos preços dos produtos de exportação, começaram a se recuperar em 1915, com a reorganização de alguns fluxos de comércio e com o crescimento de exportações "não tradicionais". A recuperação das exportações se aliou a certa ampliação das atividades internas baseada no uso de capacidade produtiva subutilizada. Porém, a partir de 1917, a balança comercial voltou a perder fôlego, especialmente em função das restrições às exportações de café impostas pelos aliados e das dificuldades adicionais de navegação enfrentadas pelo Brasil após a declaração de guerra à Alemanha nesse mesmo ano. A taxa média do crescimento do PIB que havia sido de 5,14% entre 1906 e 1912, cai para 1,71% entre 1913 e 1918.

Além disso, no Rio de Janeiro o índice de custo de vida cresceu mais de 100% entre 1913 e 1918.⁴ A carestia foi uma das razões fundamentais do movimento grevista iniciado em julho de 1917 na cidade de São Paulo. A bandeira básica dos grevistas de 1917, foi a reposição das perdas salariais. O aumento do custo de vida, em verdade, foi um problema que afetou diversos países durante a Primeira Guerra Mundial. Albert (2002, p.4) afirma que houve uma radical mudança no "clima político" na América Latina durante a Grande Guerra: as elites tradicionais tiveram seus poderes desafiados pela classe média urbana que se avolumava e que era particularmente afetada pelo aumento do custo de vida. O movimento iniciado em São Paulo tomou dimensões inesperadas, gerando conflitos violentos entre o operariado e as forças de segurança, ataques a instalações fabris e ameaças de invasão de palácios do governo.

O mais paradoxal para os brasileiros era que o aumento do preço dos alimentos ocorria concomitantemente com o crescimento da produção. A culpa era atribuída à ação dos "açambarcadores" e ao aumento do volume de exportação de alimentos. As exportações de arroz, por exemplo, passaram de 2 toneladas em 1915 para 8.560 em 1917. Nesse mesmo período, as de feijão foram de 41 para 53.048 toneladas, enquanto as de carne congelada foram de 381 para 29.621 toneladas. (Toledo, 2017; Brinkmann, 2017).

Em agosto de 1917 era discutido na Câmara projeto para autorizar o governo a providenciar a intervenção sobre os "gêneros de primeira necessidade". O projeto visava atender aos clamores e apreensões populares. Naquele instante de ameaças vindas da "eclosão violenta dos mais baixos instintos da cobiça mercantil", era preciso relativizar a doutrina do "*laissez faire*"⁵

⁴ Dados de Eulalia Lobo (1971). Ver tabela adiante.

⁵ Annaes da Câmara dos Deputados, Sessões de 21 a 31 agosto de 1917, vol. V., P768. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

Mesmo com o sucesso inicial das greves de 1917, o movimento recrudescera em 1918. Em sessão de junho de 1918, o deputado Nicanor Nascimento afirmava que enquanto os grevistas lograram um aumento de 20% dos salários, o nível de preços teria subido por volta de 100%. (Nascimento, 1918). Em 10 de junho de 1918, Altino Arantes, Presidente do estado de São Paulo, enviou um ofício ao Presidente da República, propondo e cobrando ações contra o aumento do custo de vida. O jornal carioca *Correio da Manhã* celebrou o documento, afirmando que as reclamações sobre “a vida cara” já não se tratavam apenas de “clamores da imprensa”, eram agora objeto de análise do “Presidente de um grande estado como S. Paulo”. Esse era um sinal de que o ambiente econômico havia se tornado “irrespirável para o brasileiro, mesmo nos centros mais prósperos do país”⁶. No documento, o dirigente paulista afirmava o paradoxo de que:

“Semelhante situação [a economia de guerra vigente em vários países] trouxe... a expansão de muitas indústrias [no Brasil], ao lado de crescente desenvolvimento da agricultura em seus mais variados produtos. Mas, em contraste com esse aumento de prosperidade para os industriais, os comerciantes, os lavradores, em geral, vêm se notando a manifestação da carestia cada vez mais acentuada de todos os artigos de consumo ordinário e indispensáveis ao povo. [...] São patentes os lucros que industriais e comerciantes vão auferindo nas presentes contingências, lucros jamais vistos e que denotam que os preços dos artigos indispensáveis à subsistência excedem do necessário para remunerar satisfatoriamente o capital e a atividade empregados. [...]” (Arantes, 1918)

O colunista Gil Vidal - pseudônimo de Leão Velloso, editor do *Correio* – citava o caso dos Estados Unidos, onde o Presidente Wilson teria pedido “ao seu ministro dos Abastecimentos” uma lista dos produtores que haviam obtido lucros acima dos 15%, valor este que seria “nada para os lucros que se têm auferido no Brasil”. Conclui: “Se quando S. Paulo quer, tudo obtém da União, ... como não ser ouvido agora, que reúne a sua voz prestigiosa aos justos clamores dos que ... suplicam socorro para as vítimas da carestia de vida?” (Vidal 1918, p.2). O jornal carioca *O Paiz* também repercutiu o ofício de Altino, dizendo que ali se apresentava “com precisão a natureza das causas da crise, que tanto preocupa os que se apercebem dos seus efeitos sociais”. Assim, o “chefe executivo do mais importante estado da União” instava Venceslau Braz “a pôr em movimento as engrenagens do poder federal”, de modo a “restringir a ação dos especuladores interessados em promover uma alta artificial dos preços dos gêneros de primeira necessidade”⁷.

No dia 12 daquele mês, o presidente Venceslau Braz criou o Comissariado da Alimentação Pública (CAP), inspirado nos exemplos da França (*Office Central des Vivres*) e dos Estados Unidos (*Food Administration, and the Price Fixing Committee of Industrial Goods*), organismos criados também durante a Guerra (ver Linhares e Silva 1979). O decreto de criação do órgão explicava em seu preâmbulo que, apesar das exportações serem de crucial interesse, não só para as finanças do Brasil mas também para contribuir com os esforços dos Aliados, elas deveriam ser “mantida dentro de certos limites”, de forma a não agravar “ainda mais a carestia de vida que já se faz sentir em alguns centros populosos do país”, algo que tornava “cada vez mais difícil a subsistência de todos, especialmente do operariado”. O documento listava os seguintes poderes do órgão: (i) “verificar semanalmente os stocks de gêneros alimentícios de primeira necessidade nos armazéns, trapiches e mais estabelecimentos congêneres”; (ii) Inquirir do custo de produção, de aquisição nos centros produtores e o preço de venda ao consumidor final; (iii) Obter tais gêneros através de requisições a desapropriação em caso de necessidade pública, “como medida excepcional do estado de guerra...”, para dar-lhes o destino conveniente”; (iv) “Tomar quaisquer outras medidas atinentes ao justo equilíbrio entre as necessidades de exportação e as do consumo interno do país”; (v) O Ministro da Fazenda poderia não permitir a “exportação dessas mercadorias para o estrangeiro sem prévia audiência do comissário e seus agentes” (BRASIL 1919, pp.188-9).

⁶A defesa da terra. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: ano XXVIII, n.7.138, 12 setembro 1918.

⁷A intervenção de S. Paulo. *O Paiz*. Rio de Janeiro: ano XXXIV, ed. 12.297, p.4, 11 junho 1918.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, ao publicar o decreto de criação do Comissariado, indicava que havia dois nomes como possíveis candidatos a exercer a sua direção: Leopoldo de Bulhões e Miguel Calmon (ex-Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e então presidente da Sociedade Nacional da Agricultura). A direção do órgão foi entregue a Leopoldo de Bulhões, respeitado economista que havia sido Ministro da Fazenda durante os governos Rodrigues Alves (1902-1906) e Nilo Peçanha (1909-1910), além de Senador por Goiás.

O *Correio da Manhã* recebeu com otimismo o decreto de criação do CAP. Dizia que ele não iria "por si só mesmo resolver, dum só golpe... todo o complexo problema da carestia", porém, era um "aparelho inteligente de equilíbrio, em virtude do qual a autoridade executiva livremente intervirá com a sua ação reguladora no mercado, todas as vezes que a especulação comercial concorrer para a alta do custo dos gêneros". O jornal recebeu, todavia, com desânimo o nome do chefe do CAP, pois "o Sr. Bulhões... sempre foi um teorista de gabinete", alguém cujos discursos e relatórios seriam obras de um "esmerilhador de rubricas, um descobridor de déficits, um confrontador de estatísticas". Classificava o editorialista do *Correio* como um "um individualista na política; um maldizente nas finanças, um caprichoso no governo"⁸.

As críticas à Bulhões por parte de *O Correio* estavam certamente ligadas à fama de liberal do antigo Ministro, dono de um discurso econômico que não satisfazia a visão mais progressista dos editorialistas do jornal. Bulhões, que aprendera economia na Faculdade de Direito de São Paulo, havia construído àquela altura a reputação de um economista com visões ortodoxas no campo das políticas fiscal, monetária e comercial (ver Fritsch 1988). O deputado Nicanor Nascimento ironizou: "Decreta-se o Comissariado...e imediatamente vai executá-lo o Sr. Bulhões, que é contrário a todos os artigos" (Nascimento 1918, p. 197).

Como o governo de Wenceslau Braz estava em seus instantes derradeiros - a transição ocorreria no 15 de novembro de 1918 - houve também quem desse pouca importância à criação do Comissariado. O jornal *A Noite* afirmava que havia apoio público à criação do Comissariado, mas chamava a atenção da diferença da situação alimentar no Brasil e na Europa: lá, dizia o jornal, "não há carestia, há falta", enquanto aqui "o preço de todos os gêneros de primeira necessidade tem subido exageradamente, mas não há... falta de nenhum deles"⁹.

Era ponto pacífico, com o que concordavam progressistas e conservadores, que produtos básicos teriam conquistado "foros de fidalguia", e estavam ausentes "da mesa dos pobres, dos proletários". Porém jornais como *O Paiz* não acreditavam que o CAP seria capaz de fazer baixar o preço das mercadorias, mas apenas lutar pela "atenuação da carestia". A redução dos preços, dizia o jornal, "só pode ser obtida" obedecendo-se às "condições inexoravelmente determinadas pela fatalidade das leis que regulam os fenômenos econômicos". Afinal, "regularizar preços... não quer dizer fixar arbitrariamente o valor das mercadorias".

O decreto de regulamentação do CAP foi discutido no Congresso Nacional em junho e julho de 1918 (v. Linhares e Silva 1979). Em entrevista, Bulhões classificou como "muito bom" o decreto, pois correspondia "às necessidades do momento". Segundo ele, "o comissariado tem poderes amplos, tanto para o comércio interno, como para o externo, no que diz respeito à alimentação pública. Fiscalizaremos com rigor a importação e a exportação".

O decreto, porém, não foi tão bem recebido por parte do público, assim como as primeiras medidas da CAP. O *Correio da Manhã*, por exemplo, o classificava como "ditatorial". Como a lista de mercadorias que acabaram por ser fiscalizadas ia muito além da alimentação, incluindo-se aí "o algodão, o coque, o carvão mineral e vegetal, a lenha, os óleos combustíveis, a gasolina, a querosene, as velas de sebo", o jornal rebatizava o CAP; como o "Comissariado da Alimentação Pública e de todos os demais gêneros necessários à vida do povo". O jornal já antecipava que "Leopoldo Bulhões [pensava] em estabelecer limites para preços" de diversas mercadorias. O *Correio*, ao contrário de *O Paiz*, não acreditava na eficácia de nenhuma medida para reduzir o custo de vida "enquanto não for obstada a

⁸ A questão das subsistências. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: ano XXIII, n.7.408, p. 2, 14 junho 1918.

⁹ A carestia e o decreto do governo. *A Noite*. Rio de Janeiro: n. 2.332, p.2, 13 junho 1918.

liberdade absoluta de exportação para o estrangeiro dos gêneros que são precisos para a alimentação do nosso povo".

Em 20 de julho, em entrevista ao *Correio Paulistano*, Bulhões afirmava¹⁰:

“O meu primeiro trabalho foi fazer uma enquete sobre a produção atual e perspectiva da produção futura; sobre o preço dos produtos, frete, impostos, preço do mercado a varejo, os stocks em cada praça, o consumo normal de cada praça. Compreendo que tudo isso, nas condições em que nos achávamos, era muito difícil. Não havia nada quando o governo expediu o decreto criando o Comissariado. Não havia estatísticas dessa natureza, criadas no país. Comecei o [levantamento de um inquérito sobre as mercadorias] por aqui [Rio de Janeiro]. Já estou de posse de informações preciosas para começar a agir. [...] fortaleci-me da convicção de que a missão mais importante do Comissariado será regularizar a situação dos transportes nacionais. O papel do Comissariado não é, nem pode ser, o de baratear violentamente a vida: é o de fazer a distribuição das mercadorias dos centros produtores nos centros consumidores. A vida está cara em todo o mundo. [...] O Rio Grande é um grande celeiro de cereais e gêneros de primeira necessidade. Há falta desses gêneros nos mercados do Rio e outros? Trato de providências para que alguns vapores do Lloyd vão ao Rio Grande buscar aqueles gêneros. Esse, por exemplo, é o principal papel do Comissariado. [...] Primeiro [vou trabalhando] aqui no Rio. Já está muito adiantado o que se há a fazer aqui. Depois passarei a S. Paulo. [...]. Por enquanto estamos temos nos inspirado na lei francesa, na lei italiana a nota americana. Sobretudo nesta última.” (Bulhões 1918, p.2)

Em 29 de agosto, através do decreto 13.167, foram fixados “os preços máximos para a venda a varejo dos gêneros de primeira necessidade, no Distrito Federal” (BRASIL, 1918). O documento trazia em anexo uma tabela de preços máximos, que deveria vigorar até o dia 15 de setembro. No preâmbulo se afirmava:

“Considerando que alta crescente nos preços dos gêneros de primeira necessidade, agravando a situação das classes trabalhadoras, provoca um mal estar capaz de acarretar perturbações da ordem pública; Considerando que este mal estar já se tem traduzido em agitações e distúrbios cuja reprodução o Governo tem o dever de prevenir pelos meios legais a seu alcance; Considerando que a alta observada nos preços dos gêneros de primeira necessidade nas últimas semanas, não encontra razão que a justifique; Considerando que o comércio deve perceber um lucro razoável em suas transações, sem aproveitar-se, porém, das perturbações de ordem econômica para agravar as condições de vida da população; Considerando que existe margem suficientemente remuneradora entre o custo da produção e os preços de consumo que vigoraram em semanas precedentes; Depois de estudar os preços de varejo nas diferentes zonas do Distrito Federal e arbitrar um lucro compensador para o seu comércio” (BRASIL 1918a).

O decreto 3.533 de 3 de setembro de 1918 autorizava o poder executivo a: “enquanto durar o estado de guerra, a usar da propriedade particular imóvel; a desapropriar toda sorte de bens; a requisitar qualquer quantidade de gêneros de primeira necessidade, e a tomar outras providências”. O governo outorgava-se o direito de tomar tais medidas pagando aos proprietários preços por ele mesmo fixado. O Executivo poderia ainda suspender importações e exportações; fixar preços máximos de venda e suspender o tráfego de mercadorias; assumir a administração de empresas de transporte terrestre, marítimo ou fluvial. Aos infratores, previam-se multas que variavam de \$200 a 50.000\$000, além de prisão de um mês a um ano (BRASIL 1918b). O decreto trazia uma lista de preços máximos a serem cobrados pelos atacadistas para as seguintes mercadorias: arroz, açúcar, carne seca (charque), feijão, farinha de mandioca, banha, sabão, sal, café, farinha de trigo, querosene e gasolina. Logo houve fechamento de estabelecimentos que não respeitavam a nova regra. A maré, assim, se inverte. O jornal *O Paiz* passa a acusar as “tabelas do Sr.

¹⁰ O dia político. *Correio Paulistano*. São Paulo, p.2, 20 junho 1918.

Bulhões", de provocar "desequilíbrios econômicos" e causar entre os agricultores a recusa de "vender os seus produtos", bem como a hesitação "em fazer novas plantações"¹¹.

O parlamentar gaúcho Lindolfo Collor publicou um longo artigo em jornal da capital do país, reproduzido nos do seu estado natal, fazendo críticas ácidas a Bulhões, a quem classificava como "economista dos nossos de maior renome". Collor apontava a inconsistência do preço fixado pelo Comissariado; afirmava que para a produção de 1 kg de charque, consumia-se 2 kg de carne verde. Porém, o preço fixado pelo governo para a carne verde era de 1\$200, enquanto o do charque era de 2\$000. Collor alertava que o chefe do Comissariado não deveria, "armado dos poderes ditatoriais que lhe foram concedidos", "subverter leis econômicas que v. ex. sabe reais e imutáveis". Para ele, a intenção do Comissariado era de, por meio de uma "intervenção arbitrária, anti-econômica e impolítica", causar o "desaparecimento" dessa que era uma das principais indústrias gaúchas. Encerra o texto com uma provocação: "o provector economista não tomará à sua responsabilidade a perpetração de tão monstruoso paradoxo econômico". Apontando a contradição entre o histórico liberal de Bulhões e sua atitude intervencionista, Collor ironicamente afirmava:

Economista de boa escola clássica, o Sr. Bulhões não quererá certamente tentar agora, em nosso meio, a experiência prática das ideias de Patter, aquele discípulo do sutilíssimo [Friedrich] List, segundo o qual as leis da economia política devem variar de acordo com as circunstâncias de lugar e tempo em que exerçam sua influência. Certo, a aplicação das leis econômicas varia com as características do meio e da época. Mas as leis são invariáveis. Admitir o contrário seria dar ganho de causa aos que sustentam que a economia política, rotulada de ciência, nada mais é do que um complexo de observações empíricas (Collor 1918, p.1)

Segundo A.C. Pigou (1940, p.112), o controle generalizado de preços "was unknown in modern times until the [First] Great War". Segundo o economista britânico "the purpose of it was to stop 'profiteering' on the part of certain fortunately situated individuals against the general community". O autor não se opunha ideologicamente ao controle de preços: "Government restriction of particular prices is not then a policy either foredoomed to failure or necessarily futile" (ibid.118).

As exportações mereceram atenção especial do Comissariado e neste sentido muitas polêmicas se estabeleceram. Poucos dias após a publicação do decreto 3533, no salão da Caixa de Conversão, onde funcionava o Comissariado da Alimentação Pública, ocorreu uma reunião entre Leopoldo Bulhões e outros expertos em assuntos econômicos: Miguel Calmon, Affonso Vizeu, Francisco Leal, Dias Tavares, Baptista Lopes, José da Cunha Braz, Augusto Ramos Custódio Belchior, Domingos de Pinho, Cornélio Jardim Marcondes da Luz, deputado Amorim Bezerra, senador José Bezerra, deputado Vespúcio de Abreu Pestana, Flores da Cunha, Barbosa Gonçalves e Simões Lopes. Nesta reunião Bulhões expôs aos presentes que o governo não podia deixar de agir diante do clamor público e assim lançou mão do recurso extraordinário, que lhe foi dado, no sentido de minorar o mal da carestia da vida, o do decretar o tabelamento de preços no varejo. Francisco Leal criticara a medida, afirmando que "o decreto caíra de surpresa, de modo a acarretar efeitos desastrosos". Calmon acreditava que "o momento era excepcional", mas que "as fontes produtivas já se sentiam balançadas, diante da expectativa de uma insegurança". Simões Lopes dissera que o fator fundamental do aumento de preços era "a exportação", mas questionava se "era lícito estancá-la de repente".

Os preços de produtos básicos como feijão, arroz, milho e batata teriam subido entre 30% e 60% em comparação aos que vigiam em 1914; o açúcar teria subido 200% no mesmo período. O governo resolveu então suspender as exportações do produto, medida combatida pelos representantes de Pernambuco, maior produtor do país à época¹². Os usineiros apelavam ao Ministro da Agricultura, ele mesmo nascido naquele estado, para que interviesse junto ao governo e ao Comissariado. Argumentavam que o consumo

¹¹ A crise da alimentação. *O Paiz*. Rio de Janeiro, ano XXXIV, ed.12.441, p. 4, 2 novembro 1918.

¹² Segundo dados do censo de 1920, Pernambuco tinha o maior volume de capital empregado em usinas (74 mil contos, seguindo do Rio de Janeiro com 57,7 mil contos), o maior número de operários (6.487, contra 3.920 do Rio de Janeiro) e maior valor da produção (81,2 mil contos contra 52,7 mil contos do Rio de Janeiro). (BRASIL 1920, p. IX)

médio no país nos últimos dois anos havia sido de 93 mil toneladas, enquanto a safra esperada era de 192 mil toneladas, de forma que era possível liberar as exportações e ainda assim atender a demanda nacional de maneira apropriada. No Recife, no dia 28 de agosto, o mercado de açúcar ficou paralisado "devido à perplexidade ocasionada na praça pelas notícias do Rio sobre a atitude do 'Comissariado da Alimentação'", que continuava "a restringir os embarques de açúcar" na capital do país¹³.

Diante da pressão, o governo recuou e decidiu permitir as exportações, desde que se mantivessem estoques permanentes de açúcar de 510 mil sacos. Em outubro, com base na produção esperada, o governo decidiu que das 6,4 milhões de sacas, só 2 milhões poderiam ser exportadas. Pernambuco, com safra de 3,2 milhões, poderia exportar apenas 1,1 milhão. Alagoas, segundo maior produtor, da safra de 1 milhão, só poderia vender 300 mil sacas.

Representantes do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, por sua vez, reclamavam das restrições à carne. Afirmavam que "o preço de dois mil e duzentos réis não cobre custos do charque riograndense", e que, desse modo, não seriam capazes de concorrer com o setor de carne congelada. A medida, portanto, afirmavam os representantes do setor, elevaria ainda mais o preço da mercadoria aos consumidores, por conta da queda na oferta no setor. Um dos que fizeram lobby pelo setor foi Rivadávia Correia, gaúcho que fora Ministro da Fazenda. Borges de Medeiros, líder político da região e então governador do estado, também encaminhou telegrama ao Presidente da República solicitando sua "intervenção junto ao Comissariado no sentido de ser melhorada a tabela dos preços do charque no Distrito Federal". No relatório de 1919, Borges de Medeiros, governador do Rio Grande do Sul, relata uma queda de 31.5% no valor nominal das vendas de charque, como reflexo da diminuição na produção. (Borges de Medeiros 1919, pp. 51-2).

Representantes do Nordeste (ou do "Norte", como se dizia à época), também reclamavam da situação do algodão, produto que "nunca mereceu da parte do governo federal qualquer auxílio para sua valorização, ao contrário do que tem acontecido com outros produtos nacionais". Para os produtores, a proibição das exportações só beneficiaria os fabricantes, cuja "exportação de fazenda para as repúblicas vizinhas" provocara "uma procura maior que a oferta". Isso, pois, enquanto o algodão teria suas vendas externas proibidas e constava da lista de produtos requisitáveis, tais medidas não se aplicavam à indústria têxtil. A incertezas diante das medidas do governo, diziam os produtores, provocara uma queda de 8% no preço do produto nas praças de Fortaleza e Aracati. O "pânico está causando incalculáveis prejuízos aos agricultores". No início de outubro, o deputado paulista Rafael Sampaio Vidal - advogado versado em questões econômicas e proponente da primeira lei de criação de um Banco Central para o Brasil no mesmo ano de 1918 - fez discurso incisivo contra a proibição da exportação do algodão e de suas consequências para o setor. Ao repercutir o pronunciamento, o jornal *O Paiz* afirmava que "a proibição da exportação, do modo radical como foi decretada, é um atentado clamoroso", que só provocaria "desvantagens e gravíssimas perturbações no trabalho das fábricas e na vida do proletariado". Dizia ainda que, enquanto a safra prevista era 170 mil toneladas, as fábricas nacionais não consumiam mais que 90 mil toneladas, de forma que havia um excedente exportável de grande volume. "As circunstâncias derivadas da guerra fizeram com que nossas fábricas elevassem ao máximo suas possibilidades produtoras, o que fez com que aumentasse em proporções até agora nunca atingidas a população operária".

O baiano Miguel Calmon, ex-ministro da Indústria e presidente da Sociedade Nacional da Agricultura, em novembro de 1918 teria a dito a Bulhões em audiência:

"V. exc. Não atendeu ao pedido que lhe fizeram dez bancadas do norte sobre o algodão, mas bastou que um deputado de S. Paulo falasse na Câmara para que ele tivesse logo saída franca. V. exc. Fez um acordo com o Norte, sobre o açúcar e no mesmo dia em que rompeu esse acordo, elevou o preço do charque, principal alimentação dos nortistas! V. exc. está provocando a fome! São Paulo, o Rio Grande e outros estados do sul, deixaram de lavrar os seus campos de milho e feijão, para cuidarem da cultura do fumo e do algodão, porque esses não serão taxados pelo Comissariado!" (Calmon 1918, p.2)

¹³ Mercado de gêneros. Açúcar. *Diário de Pernambuco*. Recife: ano 94, n. 237, p.1, 27 agosto 1918.

3. A chegada da Gripe Espanhola e seus efeitos

A gripe espanhola devastava diversos países – incluindo a Espanha, cuja imprensa noticiou amplamente a epidemia por não estar censurada, já que o país não estava em guerra, donde a denominação – desde o primeiro semestre de 1918. No caso do Brasil, os primeiros óbitos foram registrados no final de setembro, quando o navio da missão médica a ser enviada para a Europa, ainda atracado em Dakar, foi atingido pela doença, vitimando médicos, oficiais e marinheiros. Houve grande repercussão na imprensa nacional sobre esse evento. Por exemplo, *O Estado de S. Paulo* publica por três dias seguidos artigos com título “Grippe Hespânica” com opinião de especialistas sobre a natureza da gripe¹⁴ e no dia 28 relata encontro da Associação Paulista de Medicina e os debates sobre a natureza das mortes causadas pela nova doença¹⁵. Foi questão de poucos dias para que o mal que parecia distante, chegasse ao Brasil.

Os primeiros registros da doença teriam sido feitos na Bahia, no dia 26 de setembro. Em seguida, no dia 30, no Rio e em Niterói. Entre 8 e 12 de outubro, começam as notificações de doentes em São Paulo, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul. No início dos boatos, a primeira reação dos governos foi negar a existência da doença entre nós. O governo da Bahia, por exemplo, acusava o jornal *A Tarde* de reportar casos de gripe comum como sendo da espanhola, por ser um periódico de “propriedade de Ernesto Simões Filho”, que “exercia... oposição ao grupo governista” (Cruz de Souza 2005, p.73).

Pouco depois, quando os casos começam a ser confirmados pelo país, as autoridades se apressam em afirmar que a doença não tinha a mortalidade que se propagava. Afirmava-se que a “chamada ‘gripe espanhola’”, não era nada “senão a gripe, a influenza comum”. Em pouco tempo, porém, não se podia mais negar o óbvio; a doença assume proporções em que as negativas não eram mais possíveis e a alegada diferença entre a gripe lá fora e aqui no Brasil passou a ser descartada, Segundo Bertucci (2018, pg. 51) “em poucos dias essa possível diferença foi descartada, pois a virulência da gripe era desproporcional: no Rio de Janeiro eram 440 os gripados no dia 10 de outubro e no dia 14 do mesmo mês já eram 20.000 os doentes de gripe”.

Os efeitos da gripe sobre a economia urbana logo se fizeram notar. No Recife, “o número de atacados pela epidemia” era “deveras extraordinário, principalmente nas fábricas, nos grandes estabelecimentos, nos quartéis e empresas”¹⁶. Em 9 de outubro, o superintendente da *Pernambuco Tramways & Power Limited*, W. C. Butler, anunciava nos jornais que “em virtude da epidemia reinante e conseqüente grande redução de pessoal no departamento de tráfego, o serviço de bondes está reduzido ao limite máximo do pessoal em condições de trabalhar”¹⁷. Várias casas comerciais se encontravam fechadas por falta de braços, especulava-se inclusive a ameaça da cidade ficar privada de pão por conta do fechamento de várias padarias. No cais do porto o movimento também cessara, já que estivadores e demais trabalhadores estavam acamados. Na segunda semana de outubro, os estivadores iniciaram movimento grevista. As autoridades determinaram o fechamento temporário de teatros e cinemas para evitar aglomerações e o aumento da propagação da doença. Suspenderam-se jogos de futebol e as aulas das escolas e da Faculdade de Direito. Os jornais de oposição acusavam o governo de esconder o número de mortos. Schwarcz e Starling (2020) citam o caso de Pernambuco, em que os registros oficiais substituíam a causa da morte de espanhola por outros males. O *Jornal do Recife* trazia a manchete em 14 de outubro: “A cidade apresenta um aspecto lúgubre; em toda a parte se veem doentes e assim o Recife assemelha-se a um vasto hospital”¹⁸.

Em São Paulo, no dia 16 de outubro, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou na íntegra o comunicado do Serviço Sanitário do Estado, um dia depois que o diretor do serviço, Arthur Neiva, havia

¹⁴ Grippe hespanhola. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25, 26 e 27 setembro 1918.

¹⁵ Academia paulista de medicina. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 28 setembro 1918.

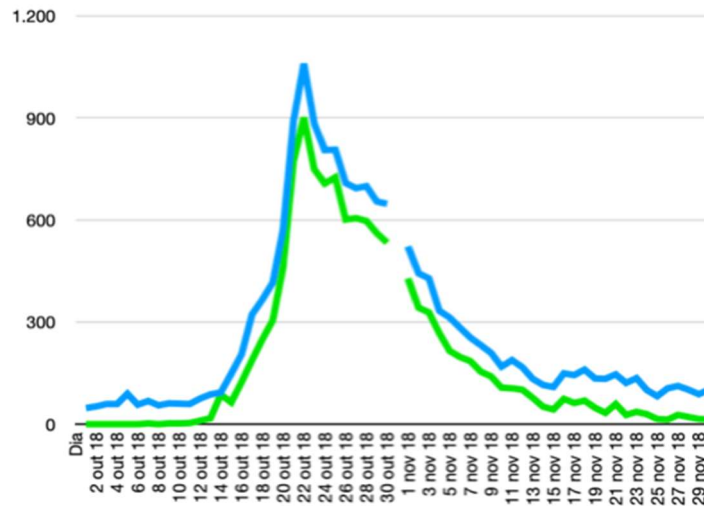
¹⁶ A influenza hespanhola continua em sua faina terrível. *Jornal do Recife*. Recife, 7 outubro 1918.

¹⁷ Aviso. *Jornal do Recife*. Recife, 8 outubro 1918.

¹⁸ A hespanhola. *Jornal do Recife*. Recife, 14 outubro 1918.

decretado estado epidêmico no município¹⁹. O comunicado se encontra logo abaixo de outra matéria A “A carestia em São Paulo”, que informa que o Comissariado não renovou a tabela e o critica por fixar preços irrealistas e que acabam por fazer mais mal do que a “exploração gananciosa”.²⁰ O *Correio Paulistano* noticia os primeiros contaminados em 18 de outubro. Dizia o periódico que “com as medidas que o governo está adotando, como o fechamento das escolas, ... é bem possível que a epidemia não tenha um caráter muito grave, como sucede no Rio”. O gráfico mostra a curva de mortes oficialmente registradas na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1: Número Total e Número de Mortos pela Gripe Espanhola na cidade do Rio de Janeiro



Se no dia 15 o Rio de Janeiro era um grande hospital, dois dias depois dizia-se que a cidade “mais parecia uma necrópole”, e que entre a população o “pânico [era] geral”. A revista *Malho* de 26 de outubro trazia em sua capa a mensagem “Deus tenha piedade do Brasil”. A publicação traçava um cenário lúgubre da capital federal: “Nunca se viu o Rio de Janeiro como agora: todos os serviços perturbados, muitos totalmente paralisados, as casas comerciais em grande parte fechadas por falta de pessoal, as ruas quase desertas. A despeito de outras epidemias que afetaram a cidade ao longo da história nenhuma dessas grandes calamidades produziu o abalo material de agora. Porém, a difusão e a letalidade pavorosa da epidemia não admitem meias medidas. Todos os dias desaparecem centenas de vidas, entre as quais, uma grande maioria de chefes de família”²¹. Rapidamente os serviços públicos ligados ao setor de saúde entraram em colapso, e alguns dias depois os cemitérios e serviços funerários também foram afetados.

Durante a epidemia a criação de um Ministério da Saúde esteve em debate. Na *Revista Contemporânea* de novembro de 1918 se lê a opinião de Belisario Pena, importante sanitarista brasileiro e um dos líderes da Liga Pro-saneamento em atividade naquele momento, acerca da proposta de Azevedo Sodré de criação de um Ministério da Saúde Pública. Em janeiro de 1920, a reforma de Carlos Chagas, reorganiza os Serviços de Saúde Pública, e cria o Departamento Nacional de Saúde Pública, subordinado ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores.

No Rio de Janeiro, no dia 16 de outubro, o *Jornal do Brasil* publicava os efeitos da epidemia sobre diversos setores: “havia pouco movimento nas ruas, quase todos os teatros estão fechados, os bondes transitavam quase vazios, havia muitas casas comerciais de portas cerradas, não houve aulas em muitas escolas”²². A paralização inédita das atividades era comparada a uma grande “greve pacífica”; “o

¹⁹ Influenza hespanhola. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p.5, 16 outubro 1918.

²⁰ Este mesmo comunicado é repetido em edições posteriores do jornal e foi reproduzido em outros jornais (BERTOLUCCI, 1918). Nesta mesma edição pode-se notar a existência de diversos espaços de propaganda ocupado por médicos, produtos farmacêuticos e congêneres prometendo a cura da doença, alguns como os da Água Mineral Platina, publicados na primeira página do próprio jornal no mesmo dia em que o comunicado foi apresentado.

²¹ Notas da semana. *O Malho*. Rio de Janeiro: ano XVII, n. 841, p.10, 26 outubro 1918

²² A epidemia aumenta. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: n. 287, p. 8, 16 outubro 1918.

movimento da cidade está em grande parte paralisado, como se... duas terças partes dos trabalhadores de todas as classes... tivessem abandonado o trabalho". A paralisia era generalizada: "O comércio está sentindo de modo assustador os efeitos da epidemia... Casas em grande número estão fechadas por falta de pessoal... Os bancos estão lutando também com as dificuldades por falta de empregados, sendo que em alguns deles 50% a 60% dos empregados abandonaram o serviço atacados pela gripe". A revista *Careta* fala em "paralisação dos negócios", além da "escassez de meios de transporte" e "a impossibilidade de substituir nos serviços públicos e particulares o pessoal enfermo". Segundo a revista, metade da população encontrava-se prostrada²³.

Há diversos documentos, como relatórios aos acionistas, que informam sobre os impactos da gripe em diversos setores da economia. A Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jerônimo lamentava que a "marcha ascendente da produção mensal do carvão teve de ser interrompida em consequência da epidemia de 'gripe' que atacou a população operária das minas paralisando completamente os serviços de extração durante 18 dias". A Empresa Auto Omnibus dizia que "a epidemia da gripe paralisou por algum tempo a atividade de todo o nosso serviço". O Bancos dos Funcionários Públicos reportava o "aumento do prejuízo por morte de mutuários e diminuição da renda ordinária pela exiguidade de transações efetuadas, pois mês houve em que o Banco quase deixou de funcionar por falta de pessoal". A Companhia Manufatura Fluminense noticiava que a gripe os havia obrigado a fechar "as fábricas por falta de pessoal"²⁴.

O relatório de 1919 do governador do Rio de Janeiro também faz referência aos impactos econômicos da epidemia, diz que ela "suspendeu quase totalmente as transações comerciais, paralisou as indústrias, prejudicou os trabalhos agrícolas, interrompeu a regularidade dos serviços administrativos, espalhando em sua passagem o terror e a morte" (Moraes Veiga 1919, p.58).

4. A controvérsia sobre a demanda pela decretação de moratória

Uma discussão importante naquele momento – em que, mesmo sem que o governasse decretasse o fechamento (*lockdown*) da maior parte das atividades, elas sofriam com a falta de braços e escassez de determinados produtos – foi a questão da moratória, debatida sobretudo no comércio e no mercado financeiro do Rio de Janeiro. No dia 16 de outubro, o prefeito do Rio Amaro Cavalcanti determinou o fechamento das escolas municipais. Diversos órgãos públicos como o Ministério da Fazenda, o Tesouro e a Alfândega decidiram-se pelo ponto facultativo de seus funcionários. As casas bancárias também enfrentaram problemas. Nesse mesmo dia *O Paiz* publicava que os banqueiros da praça carioca haviam entrando em entendimento "no sentido de serem suspensos os trabalhos, fechando" suas agências até a segunda-feira seguinte. O mercado de câmbio funcionou naquele dia, mas a bolsa de valores ficou fechada "acusando toda a praça um aspecto... de verdadeiro estado de pânico"²⁵.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACM-RJ) iniciou uma campanha, depois apoiada por outras entidades, pedindo ao governo a decretação da moratória dos títulos com vencimento naqueles dias. Havia precedentes, uma moratória havia sido implementada em 1914, no início da guerra. O argumento básico dos defensores da proposta era que diante daquela situação de anormalidade - bancos fechados, empresas paralisadas, empresários acamados, dificuldade nos transportes etc. - seria impraticável exigir que os compromissos assumidos anteriormente fossem honrados. Francisco Eugênio Leal e Hebert Moses, presidente e secretário da Associação Comercial, pediam a adoção da medida como uma forma de evitar um "desastre", já que se achavam "fechados centenas de estabelecimentos comerciais... e fabris por motivo da epidemia"²⁶.

²³ O momento. *Careta*. Rio de Janeiro: ano XI, n. 540, p. 8, 26 outubro 1918.

²⁴ *Jornal do Commercio* (RJ), diversos números de 1919.

²⁵ Mercado monetário. O câmbio. *O Paiz*. Rio de Janeiro, ano XXXIV, ed. 12.425, p. 6, 18 outubro 1918.

²⁶ A epidemia e as providências do governo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro: ano ano XXVIII, n. 7.174, p.1, 18 out 1918.

O governo, porém, não adotou a medida, preferindo decretar feriado bancário entre quarta e sexta-feira, dias 19 e 21 de outubro. Para o governo, a moratória não era pertinente, pois teria, “consequências danosas ao invés de benéficas”, “sobretudo para o comércio” do Rio de Janeiro. O presidente da República decidiu não aceitar a demanda, mas providenciou que o Ministro da Fazenda colocasse à disposição do Banco do Brasil, em caso de necessidade, os recursos precisos para o redesconto de efeito de outros bancos”²⁷.

A decretação dos feriados também foi controversa. Os editorialistas do jornal *O Paiz*, por exemplo, afirmavam ser “uma medida infeliz”, pois implicava no “fechamento geral do comércio, dos bancos e da Caixa Econômica”. A prolongação dessa medida geraria em uma “depressiva e ruínosa paralisação da vida mercantil da cidade”. Para o jornal, era “indispensável que se começasse imediatamente a volta ao regime normal, interrompido pela invasão epidêmica”, pois “o prejuízo econômico resultante da continuação desta situação anômala é demasiadamente considerável para que se possa tolerar um adiamento do reestabelecimento da vida comercial”. O jornal apoiava a moratória e que convinha “ao Sr. Presidente da República ... decretar uma moratória por alguns dias, afim de atender à situação anômala em que a epidemia colocara o comércio”. Segundo o periódico, “a moratória por dez ou quinze dias seria... uma medida razoável, que não poderia acarretar as perturbações mercantis inerentes sempre a essa medida excepcional”²⁸. O jornal volta ao assunto no dia seguinte, afirmando que se a moratória não fosse adotada, “ficaríamos reduzidos a um verdadeiro caos, cujo efeito será um pânico financeiro”. Que a medida era a “única forma possível para evitar o colapso do crédito comercial do Rio de Janeiro”. E o prazo de suspensão nem precisaria ser tão longo, bastando que fosse até “o dia 5 de novembro”²⁹.

Em artigo datado de 25 de outubro, Assis Chateaubriand dizia: “O Banco do Brasil se opõe à moratória pedida pelo comércio. É incrível. É monstruoso. [...] A ordem econômica foi seriamente abalada, e a vida mercantil se ressentiu desse choque de uma forma insólita... A moratória já existe. O governo recusa a decretá-la”³⁰. De fato, já existia uma moratória oficiosa. Pryor, gerente do *London Bank* confessou ao jornal *A Noite*:

“Tenho um maço enorme de letras a serem apresentadas; não o tenho feito, porém, por uma questão de sentimento e de humanidade, preferindo assumir a responsabilidade.... aos olhos dos meus constituintes de não protestar todas as letras vencidas, a exigir um pagamento que, dada as circunstâncias excepcionais criadas pela epidemia, só com manifesta falta de equidade pode ser exigido. Há muitos negociantes que estão doentes e não podem pagar, não por falta de numerário, mas por falta de pessoa idônea que se encarregue da liquidação. Outros não têm de fato o recurso na ocasião do pagamento, porque suas casas estão fechadas por falta de empregados; finalmente, há muitos que estão bons, com todo o seu pessoal e com a casa aberta, mas que não fazem... porque o movimento do consumo de certos negócios está paralisado. É esta a situação: o banco está com letras vencidas e não as protesta por um sentimento de equidade. A moratória viria regularizar tudo isto; o governo não quis, não me cabe, todavia, criticá-lo” (Pryor 1918, p. 2)

A demanda pela moratória se tornou maior ainda a partir da decretação pelo Presidente da República de feriado nas praças de São Paulo e Santos, de 25 de outubro até 1 de novembro, a pedido de Altino Arantes, presidente do estado. A ACM-RJ pede para que tal medida fosse estendida para a praça da capital da República, devido ao grande fluxo de transações entre as praças do Rio de São Paulo, bem como o de ambas com o restante do país, o que também é negado. A ACM RJ continuava a afirmar que a moratória era um expediente superior ao feriado pois ela permitiria que as atividades econômicas continuassem a se desenrolar. Referindo-se à moratória de 1914, diz que essa visou “salvaguardar

²⁷ A moratória para o comércio. Uma nota oficial. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.4, 23 outubro 1918.

²⁸ Providências necessárias. *O Paiz*. Rio de Janeiro: ano XXXIV, ed. 12.431, p. 3, 23 outubro 1918

²⁹ Os problemas do momento. *O Paiz*. Rio de Janeiro, p.3, 23 outubro 1918.

³⁰ Reflexões sobre o momento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 outubro 1918.

interesses futuros, ao passo que agora ela viria para remediar males que já dolorosamente pesam sobre a nossa praça e sobre as de alguns estados”³¹.

No dia 28 de outubro o mercado cambial do Rio seguia “paralisado, assim como toda a nossa praça, que, já agora, aguarda a decretação da moratória”. Além disso, “continuaram suspensos os negócios” do mercado de fundos públicos, “cuja bolsa não funcionou ainda ontem”³². Nessa mesma data, o *Jornal do Brasil* trazia a seguinte nota: “O sr. Presidente da República resolverá, hoje, com o sr. Ministro da Fazenda, este assunto, constando-nos que será concedida a moratória”³³.

Um fato que deve ter enfraquecido a demanda dos cariocas foi o fato de ela ser aparentemente uma questão local. No *Correio Paulistano* de 29 de outubro, há uma nota relatando o encontro ocorrido no dia anterior, entre os gerentes dos bancos daquela praça, a saber: *Banco do Comércio e da Indústria; São Paulo; Commercial; London Bank; British Bank; Italiano; City e Ítalo-Belga*. Estes “deliberaram telegrafar ao presidente da República, ponderando que a situação comercial de S. Paulo não exigia uma medida dessa natureza”, fazendo referência às notícias referentes à decretação de uma moratória³⁴. Nos jornais da praça do Recife, como o *Diário de Pernambuco* tampouco se encontra pedidos similar por parte dos empresários e capitalistas locais. No dia 1 de novembro é publicado um aviso do *Banco Nacional Ultramarino*, que dizia: “Da nossa filial acabamos de receber uma carta comunicando-nos existir em Pernambuco grande número de casas comerciais fechadas pelo motivo da epidemia reinante, o que impossibilita não só a apresentação, como efetuar cobrança de letras”. Pedia-se instrução se o banco deveria ou não “mandar protestar” os títulos.³⁵

No dia 4 de novembro ocorreu uma nova reunião da ACM-RJ com representantes do setor financeiro, como *London Brazilian Bank, Banco Française-Italienne, Banco Holandês, Banco Nacional Ultramarino, Banco Comercial do Rio de Janeiro, Banco da Lavoura, Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco Popular do Rio de Janeiro, Banco Vitalício do Brasil e o Banco do Crédito Popular*. O jornal *A Noite* reporta a reunião reproduzindo o discurso de Leal sobre a “hecatombe da epidemia da ‘influenza’”, que havia desabado sobre o Rio de Janeiro, onde foi interrompido “até o funcionamento da Bolsa, durante 20 dias”. Diante da negativa do governo, Hebert Moses afirmara, segundo a reportagem, que “só à boa vontade dos bancos se deve não haver sido o comércio impelido à falência”.

Na reunião, venceu a tese apresentada por Preyer, que pedia a dilatação do prazo de 20 a 30 dias para as letras “vencidas e a vencer, bem como para as letras de câmbio entregues à cobrança... e que o Banco do Brasil fosse ainda autorizado a fazer os redescontos” O representante do Banco London, o sr. Pryor, reafirmava a tolerância da casa com os títulos nacionais, mas que em relação aos estrangeiros, não havia saída, ele seria obrigado a protestar os inadimplentes. Carlos Veiga, do Banco Vitalício, dizia preferir que o governo fizesse “diretamente empréstimos aos bancos, pois assim estes não ficariam na dependência do Banco do Brasil”. Pryor sugeriu e teve sua proposta aprovada, já que o governo não era pela moratória, que houvesse ao menos a dilatação de prazo - com a cobrança dos respectivos juros - de 30 dias para pagamento dos títulos nacionais e estrangeiros³⁶. O documento lido pelos representantes das classes produtivas nesse encontro dizia:

“A súbita e violenta invasão desta capital pela epidemia... trouxe absoluta paralisação à atividade comercial e industrial de nossa praça, determinando o fechamento por longos dias, não só de numerosos estabelecimentos e fábricas, mas também da suspensão da venda de títulos em bolsa, fato esse sem precedentes em nossa história. Como consequência desse largo colapso, grande número de títulos de vencimento pré-fixados... deixou de ser pago, o que em face das

³¹ Moratória e feriados. *A Noite*. Rio de Janeiro, 27 outubro 1918.

³² Seção comercial. *O Paiz*. Rio de Janeiro, p.7, 28 outubro 1918.

³³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 3, 28 outubro 1918.

³⁴ Correio Paulistano. São Paulo, p.1, 29 outubro 1918.

³⁵ Diário de Pernambuco. Recife, 1 novembro 1918.

³⁶ A reunião conjunta dos diretores da Associação Comercial e dos banqueiros. *A Noite*. Rio de Janeiro, 4 novembro 1918.

leis em vigor, determinaria o protesto imediato e demais ações judiciais... resolver os bancos adotar para tais títulos um regime de tolerância, evitando, destarte, a grande número de casas comerciais e estabelecimentos fabris, os vexames que a aplicação inexorável dos recursos da lei lhes acarretaria. Assim procedendo, assumira os bancos avultadas responsabilidades... tratando, como se trata, de títulos de propriedades de terceiros. Por outro lado... há o retraimento a novos descontos, visto como os estabelecimentos bancários têm o dever de acautelar os seus encaixes, de forma a poderem atender às naturais necessidades de seus depositantes. Daí a situação de verdadeira angustiada premência em que se debatem o comércio e a indústria desta capital, e a impossibilidade em que se encontram os bancos de ir em seu auxílio.

No dia seguinte, os representantes da ACM-RJ e dos bancos se encontram com o presidente e mudam o termo, pedindo não mais a moratória, mas a "dilatação de prazo". Pedia-se também a providência do "aparelhamento do Banco do Brasil para operar em redesconto, auxiliando a praça e os estabelecimentos bancários"³⁷. Mas a normalização da vida econômica enterrou de vez a demanda da ACM-RJ.

5. A escassez de mão-de-obra e as relações capital-trabalho

A indústria também sofria com a falta de braços. Fábricas de tecido de Deodoro e Bangu no Rio de Janeiro tiveram que paralisar seus serviços "por ter faltado ao trabalho quase a totalidade dos operários" já no início da epidemia. A fábrica de calçados Liberty fora forçada a parar a produção por falta de trabalhadores. Seria a primeira de muitas. Mesmo os que não estavam enfermos e tinham coragem suficiente para ir ao trabalho, encontrariam dificuldades, já que os serviços de transporte eram fortemente afetados. Na Central do Brasil, com maquinistas e foguistas doentes, reduziu-se de modo significativo o movimento de trens. As estações de Quintino, Bocaiúva e Cascadura foram fechadas por falta de pessoal. Muitos setores industriais, como o setor têxtil, buscaram junto ao governo obter linhas de crédito de modo a financiar suas dificuldades³⁸.

A situação frágil de muitas empresas afetou também as relações capital – trabalho, sendo que em meio a epidemia houve recrudescimento do movimento grevista e novas grandes greves foram declaradas no final de 1918. Segundo Fausto (2016, p. 176), "em novembro de 1917, em meio ao clima patriótico que acompanha a entrada do Brasil na guerra, surgem greves nas grandes fábricas cariocas, onde se condena o apoio ao governo e se pede de novo o reconhecimento da UOFT [União Operaria das Fabricas de tecido] e de seus delegados nas empresas ... A resistência individual dos grandes empresários e os efeitos de gripe espanhola concorreram para a rápida quebra das cláusulas do acordo, daí nascendo a tempestuosa greve de novembro e dezembro de 1918, combinada com a tentativa de insurreição anarquista."

Se por um lado a falta de braços e de matérias primas dificultava a operação das empresas, por outro lado muitos trabalhadores não conseguiam ir trabalhar por estar acamados e alguns por encontrar as portas das fabricas trancadas. Os trabalhadores passaram a reivindicar que os empresários honrassem os compromissos firmados nos meses anteriores à epidemia, sendo a isto acrescidos novas reivindicações salariais (dado que a inflação continuava elevada) e o pagamento de pelo menos parte dos salários (metade) aos enfermos e àqueles que não pudessem se apresentar ao trabalho. A reação de parte do empresariado foi bastante dura, combatendo o movimento grevista com apoio de intervenção policial.

Por outro lado, ocorria divisão entre as lideranças empresariais, com parte do empresariado aceitando as reivindicações trabalhistas. Um destes empresários foi Jorge Street, da área têxtil e

³⁷ Defendendo o comércio e a indústria desta capital. *A Noite*. Rio de Janeiro, 6 novembro 1918.

³⁸ Sobre o empréstimo aos industriais de tecido. *Jornal Brasil Industrial*. Rio de Janeiro, 25 março 1919.

presidente do CIB (Centro industrial do Brasil)³⁹, cuja posição na continuidade das negociações com os grevistas em fevereiro de 1919 revela não apenas que pagou os salários e atendeu as reivindicações dos seus operários nas fabricas de São Paulo, como se indispondo especialmente com os empresários cariocas. tais conflitos provocaram a criação de um sindicato empresarial alternativo na área têxtil⁴⁰

Outros empresários adotaram posição similar àquela de Street durante os conflitos em meio à crise da gripe espanhola, como ilustrado pelo famoso discurso de Roberto Simonsen – então jovem líder empresarial, que atuava na construção civil da cidade de Santos – ao final de 1918, onde não só apontava as dificuldades e perdas causadas pela crise de então, mas defendia a cooperação dos empresários com os trabalhadores como melhor forma de enfrentar a situação (Simonsen, 1918).

O ano de 1918 para os operários do setor industrial, em termos salariais, foi positivo, como sugere a tabela abaixo. Neste ano, os operários paulistas que se mantiveram empregados conseguiram um aumento expressivo dos seus salários em termos reais, recuperando em parte as perdas do ano anterior. Provavelmente isso decorreu tanto das conquistas do movimento operário quanto de uma situação excepcional causado em parte pela epidemia de gripe, que foi a escassez de mão-de-obra.

Brasil e São Paulo: Variação de alugueis, preços e salários selecionados 1915 - 1920

	1915	1916	1917	1918	1919	1920
São Paulo variação valor dos alugueis	6,6	6,2	5,0	5,6	9,8	9,6
São Paulo variação salário nominal operários industriais	-25,0	14,7	0,0	51,2	23,1	-8,1
São Paulo Variação salários ferroviarios	1,0	0,0	3,0	17,3	-2,5	-1,7
Brasil - variação de preços	42,5	5,4	21,3	18,8	31,8	9,8

Fonte: dados obtidos em Fausto, 2018
(São Paulo base Cardim (1936) e a Brasil Eulália Lobo (1971))

6. A ação do CAP durante a epidemia

O CAP teve seus trabalhos ampliados com o surto epidêmico. O próprio Bulhões, em relatório apresentado quando de sua saída do Comissariado, afirma: “A irrupção da epidemia determinou logo o alargamento da ação do Comissariado a certos campos para os quais não estava aparelhado, exatamente no momento em que seu pessoal se via desfalcado e pela doença e a desorganização geral da vida urbana multiplicava os embaraços para a execução das providencias resolvidas. Tive de atender, em meio a grandes dificuldades ao abastecimento e à venda de aves e ovos, comércio este que explorou deshumanamente a situação com preços exorbitantes que provocaram reação popular. Outro abuso que lamento ter de mencionar foi o de vários fármacos que se aproveitaram da aflição publica para a obtenção de lucros imorais, o que determinou a fixação de preços dos medicamentos mais prescritos na atual emergência. Tive que também proceder a requisição de medicamentos e gêneros alimentícios para fornecimento à Saúde Pública, aos hospitais, às organizações de socorro.” (Bulhões, s/d, p. 529)

³⁹ O CIB foi um organismo sindical empresarial criado em 1904 a partir da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Em 12 de dezembro de 1931 transformou-se na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), e em 29 de agosto de 1939 adotou o nome Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ).

⁴⁰ A scisão do centro industrial. *Jornal Brasil Industrial*. Rio de Janeiro, n. 25, pp.20-1, 25 março 1919.

Um exemplo da ampliação da esfera de ação do CAP pode ser visto na edição de 26 de outubro da revista *Careta* que tratava da paralisação dos negócios fruto da epidemia e complementava: “a essas misérias, juntou-se a crise alimentar que domina a cidade. Lutamos contra a peste e contra a fome”⁴¹. Para ilustrar o caso, publicava fotografia com a legenda: “Populares tentando assaltar um depósito de galinhas, alimento recomendado para os convalescentes da gripe”.

Em meados de setembro, o Comissariado havia fixado a tabela de preços no varejo, incluindo mercadorias como: álcool, arroz, açúcar, azeite, bacalhau, banha, batata, café carne (fresca e seca), carvão vegetal, cebola, farinha (mandioca e trigo), feijão, fubá, gasolina, gelo, querosene, lenha, milho, pão de trigo, fósforos, polvilho, sabão, sal, toucinho, velas e leite condensado. Em meados de outubro, seriam tabelados também aves, ovos, massas e peixes frescos. O tabelamento de preços não ficou restrito à capital do país, pois trabalhava-se na criação de lista de preços máximos para cidades do interior do Rio, como Petrópolis, Macaé, Friburgo e Magé, como também para outras capitais estaduais.

O Comissariado se valeu da fixação de tabelas de preço para os consumidores, mas muitos grupos vendo que não tinham sucesso em alterar a tabela de preço do comissariado, passaram a reivindicar que se fizesse como em outros países então em guerra, onde se utilizava duas tabelas: uma para os produtos finais e outras para atacadistas, produtores industriais etc.. A reivindicação principalmente dos varejistas, era que eles estavam restritos e não tinham grande poder de negociação com os fornecedores; pediam então que os atacadistas também fossem tabelados. Outra situação dizia respeito aos aumentos de salários, que ou eram repassados para os preços industriais ou acabavam por diminuir as margens dos comerciantes. Nos termos da época pedia-se que se passasse do “tabelamento direto” para um indireto onde se buscasse preservar margens de lucros mínimas.⁴² A fixação de tabelas com preços aos varejistas considerados baixos frente aos valores definidos para os “comerciantes de grosso” era alvo de forte crítica em São Paulo que envolveu até o Prefeito e foi descrito em artigo do *Jornal do Commercio* edição paulista republicado no *O Estado de São Paulo*⁴³.

Em relação às exportações, em Pernambuco, a reação contra o CAP se intensificou durante a epidemia. No *Jornal de Recife* lia-se⁴⁴:

"...o sr. dr. Leopoldo de Bulhões acaba de considerar o algodão gênero de primeira necessidade, exercendo sobre ele a mesma pressão que está impondo ao açúcar, valendo dizer que o governo federal está disposto a reduzir Pernambuco à miséria... até parece que o dr. Wenceslau Braz tem entranhado ódio ao nosso estado... o dr. Manoel Borba [governador de Pernambuco] reduziu o nosso estado a uma colônia do sul... Tememos muito pelo que pode vir a acontecer com essa teimosia do governo em aniquilar o nosso estado. Porque se os pernambucanos não são brasileiros, se não têm direitos, se são colonos, devem se emancipar, como fazem os povos viris. O Sul quer reduzir-nos a uma feitoria e, como isto não pode ser tolerado,...., dia a dia a semente do separatismo irá ganhando força" (AGORA 1918, p.1)

Para o periódico, o Comissariado era, de fato, "uma arma de perseguição contra Pernambuco", que visava reduzir "o nosso estado à miséria máxima"⁴⁵. Diz ainda:

“...ao imbecil Comissariado do sr. Leopoldo de Bulhões, veio se juntar a epidemia reinante e, em consequência disto, estamos diante de uma crise comercial e agrícola, cujos efeitos não se podem calcular. Daí o retraimento do capital que, desconfiado como é, se conserva aferrolhado nos bancos, daí a paralisação comercial com todas as suas consequências e desastres. [...] estamos diante de uma perspectiva sombria, não nos sendo possível deixar de vergastar o procedimento

⁴¹ O momento. *Careta*. Rio de Janeiro, p. 8, 1918.

⁴² Este assunto é tratado em artigo não assinado de fevereiro de 1919, já com Vieira Souto a frente do comissariado: A questão operária e sua falta de solução pelo Sr. Vieira Souto. *Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro, n.14, p. 17, fevereiro 1919.

⁴³ Alimentação pública. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 11 dezembro 1918.

⁴⁴ Agora o algodão. *Jornal do Recife*. Recife, p.1, 4 setembro 1918.

⁴⁵ A praça de Pernambuco. *Jornal do Recife*, Recife: p. 1, 31 outubro 1918.

do governo federal que, em medidas tomadas, quer quanto ao açúcar, quer quanto ao algodão, somente teve em vista os interesses dos grandes industriais do Sul, relegando para bem longe os direitos do Norte! (*A Praça* 1918, p.1)

Em relatório de 1919, o governador de Pernambuco, ao descrever as dificuldades enfrentadas pelo estado no ano anterior, diz que a elas "se veio ajuntar a criação do Comissariado da Alimentação, no Rio de Janeiro, impondo os maiores óbices à exportação dos nossos principais produtos, ao ponto de quase se ver paralisada a nossa vida comercial" (Borba 1919, pp. 87-88). O governador refere-se ainda aos "efeitos perniciosos das determinações daquele nefasto comissariado sobre o nosso principal produto de exportação"(ibid. p. 89). Os dados apresentados no documento mostram um aumento nominal de 4,8% na arrecadação estadual no segundo semestre em comparação ao mesmo período de 1917. Como a inflação no período foi superior a isso, observou-se uma queda real das receitas. Sobre a espanhola, o chefe do Executivo local diz que "veio também contribuir para perturbar ainda mais o movimento comercial de nossa praça, o andamento dos serviços públicos e a economia particular pelas consequências resultantes de semelhante calamidade" (ibid., p. 94)

Em relação à intervenção no mercado de açúcar, novo foco de crítica se fez detectar nos produtores de açúcar fluminenses, da região de Campos. Em artigo na *Revista Contemporânea* descreve-se o encontro dos usineiros de Campos na Sociedade Nacional da Agricultura na capital federal, nesta reunião se reclamou das intervenções do comissariado sobre o mercado açucareiro e se tentou mostrar que a alta dos preços era um fenômeno transitório e internacional, e que era horas das intervenções cessarem. O artigo relata que muitos na reunião, como o já citado Miguel Calmon, afirmavam que o Comissariado tinha um fim próximo e outros apontavam que Leopoldo de Bulhões já havia apresentado seu pedido de demissão o que era motivo de comemoração⁴⁶.

Porém no mesmo número da revista, artigo não assinado e sem título questiona se o fim do Comissariado seria tão bom quanto alegavam os que participaram na reunião na Sociedade Brasileira de Agricultura. Segundo este outro artigo, a criação do comissariado foi algo que se impôs ao governo em função dos exploradores que atuavam durante a crise, como em outros países. Mas faz a crítica de que no Brasil o Comissariado não procurou estimular a produção (ampliar crédito, importar produtos químicos, aprimorar meios de transporte), se limitando a fixar preços sem se importar com os problemas dos custos de produção ou dos impostos de exportação. Segundo o artigo, nos outros países havia preocupação também com os produtores, inclusive com imposição de preços mínimos. Ressalta que o Comissariado foi um alívio para os consumidores, mas produtores se viram desamparados e muitos cruzaram os braços. No final porém se pergunta se o fim do Comissariado iria realmente melhorar a situação⁴⁷.

Com o fim da epidemia, Leopoldo de Bulhões foi substituído em 1919 por L. R. Vieira Souto, também conhecido economista, que fora professor da Economia Política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e crítico da ortodoxia monetária de Joaquim Murinho, e que naquele momento também ocupava o cargo de Delegado Executivo da Produção Nacional no Ministério da Agricultura. Talvez sua nomeação tenha se dado em função justamente das críticas à atuação de Bulhões no Comissariado decorrente da falta de estímulo a ampliação da produção (ver também Linhares e Silva 1979).

Ainda em dezembro de 1918, o jurista Antônio Evaristo de Moraes defendia o Comissariado. O articulista lembra que o tabelamento veio em uma situação em que os preços tinham subido muito e que tinham ocorrido revoltas que fizeram o governo fixar os preços e reprimir os abusos. Ressalta a pressão dos produtores de açúcar, assim como dos estrangeiros ricos ligados às associações comerciais, que contavam com o fim do comissariado e do tabelamento e esperavam que, se existissem novas sublevações estas seriam contidas pela polícia. O artigo critica o fato de que o fim do Comissariado poderia vir sem que o Estado de Sitio fosse suspenso, ampliando a dificuldade da população em reclamar dos preços e facilitando a ação da polícia na contenção de levantes. Para o articulista, o Estado de Sitio não foi criado para coibir o enfrentamento entre germanofolos e antigermanofolos, mas para conter operários em greve e

⁴⁶ O açúcar e o comissariado. *Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro, p. 9, 15 dezembro 1918.

⁴⁷ *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, p.14, 5 dezembro 1918.

a população contra os aumentos de preços. A extinção do Comissariado seria a extinção do único instrumento, mesmo que defeituoso e de funcionamento vacilante, que protegia os pobres contra a voracidade dos açambarcadores. (Moraes, A. E. 1918)

Opinião semelhante se encontra na *Wileman's Review*, importante revista do meio financeiro editada pelo economista inglês Joseph Wileman. Esta defendeu a ação de Bulhões segurando os preços, o que pode ter causado alguns transtornos na economia mas evitou conflitos que poderiam ser desastrosos na sociedade brasileira. Ramalho Ortigão (1919), em seu relato sobre o ano econômico de 1918, defendia fortemente Bulhões e seu aparente sucesso em impedir alta expressiva dos preços⁴⁸ (ver Boianovsky 2021, seção 3).

7. Conclusão

A gripe espanhola que atingiu o Brasil em 1918 foi relativamente breve, mas devastadora. À medida que os casos de contaminação cresciam, as atividades econômicas nas principais cidades brasileiras iam sendo paralisadas, por falta de gerentes, trabalhadores e consumidores. Isso afetou não só o comércio, mas também o setor financeiro, a indústria, os transportes e os serviços públicos. Uma economia já atingida pela Guerra sofreu então em 1918 um revés curto mas significativo. A epidemia acelerou o movimento sanitário – que atribuía o subdesenvolvimento brasileiro em boa parte às más condições de saúde da população – e pôs em evidência a necessidade de se estabelecer organismos de coordenação nacional na saúde pública. Vale também ressaltar os efeitos da gripe sobre o recrudescimento do movimento grevista, além da cisão no movimento empresarial aqui mencionada. Como visto acima, tais eventos históricos foram marcados por intensos debates, amplamente noticiados na imprensa da época.

A atuação do Comissariado em 1918, e as intervenções nos mercados de bens, ativos e cambial naquele ano, têm sido relativamente pouco exploradas na literatura, que em geral tem focado na intervenção no mercado cafeeiro – durante a Guerra ocorreu a chamada segunda intervenção esporádica em 1917. A criação do Comissariado da Alimentação é relevante não apenas por sua atuação, mas também pelos ruídos que causou em um sistema econômico já perturbado pelo estado de guerra e pelo surto epidêmico. Este último ampliou as ações do CAP e os debates sobre sua intervenção numa ordem econômica até então predominantemente liberal. O CAP é um exemplo de tentativa de modernização da gestão econômica do país, ainda marcado pela falta de estatísticas confiáveis de produção, preços e estoques. A Primeira Guerra Mundial marca um período de maior atenção às estatísticas econômicas em diversos países, como é o caso da criação do NBER nos EUA em 1920, entre tantos outros. Surgiu da necessidade de se estabelecer políticas em momentos de grave crise, quando elementos estratégicos como segurança alimentar e oferta de produtos médico estão sob risco. Assim, o CAP é considerado antecessor de órgãos como a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) criada em 1951 e a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) criada em 1962 (ver Linhares e Silva 1979). A transformação da epidemia da gripe espanhola de 1918 no Brasil em um evento com fortes conotações econômicas cercado por largos debates se deve, em boa parte, à existência então do Comissariado de Alimentação e da tentativa de administrar o impacto da crise sanitária nos mercados de bens, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho passava por mudanças estimuladas pelos próprios efeitos da epidemia sobre a oferta de mão-de-obra.

Referências

⁴⁸ Ramalho Ortigão, professor de economia no Rio de Janeiro, era também presidente da *Liga de Commercio*, nesta condição se encontrou algumas vezes com Bulhões e por vezes é considerado assessor de Bulhões no comissariado (ver Os auxiliares do sr. Leopoldo de Bulhões. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 17 junho 1918.

- Abreu, Marcelo. *A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015.
- Albert, Bill. *South America and the First World War. The impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 [1988].
- Alonso, W., F. Nascimento, R. Acuña-Soto, C. Schuck-Paim and M. Miller. The 1918 influenza pandemic in Florianópolis: a subtropical city in Brazil. *Vaccine*. 29, suplement, jul. 2011.
- Arantes, Altino. In: *Correio da Manhã*, A Mensagem do dr. Altino Arantes. Rio de Janeiro: ed. 7079, pp. 3, 5-8, 15 julho 1918b
- Bertolli Filho, C.. *A gripe espanhola em São Paulo: epidemia e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2003
- Bertucci, L. Epidemia em papel e tinta: a gripe espanhola nos jornais de São Paulo. *Khronos – Revista de História da Ciência*. # 6, 2018
- Boianovsky, Mauro, Economists, scientific communities, and pandemics: An exploratory study of Brazil (1918–2020). *Economía*, 22 (2021).
- Boianovsky, Mauro, & Guido Erreygers. How Economists Ignored the Spanish Flu Pandemic in 1918–1920. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics* 14, 2021
- Borba, Manuel Antonio Pereira. Mensagem do Exm. Sr. Dr. ... governador do estado, lida por ocasião da instalação da 1ª sessão da 10ª legislatura do Congresso Legislativo do estado. Pernambuco: Imprensa Oficial, 1919.
- BRASIL. Decreto 13.193. In: Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Vol II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- BRASIL. Recenseamento. Censo geral da população, da agricultura e das indústrias. 1920. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>.
- Brinkmann, Sören. “Guerra aos envenenadores do povo!” Os inícios da regulação de alimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1889-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.º.2, abr.-jun. 2017.
- Bulhões, Leopoldo de. In: *O Correio Paulistano*. O dia político. São Paulo, p.2, 20 julho 1918.
- Caldeira, Jorge. *História da riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- Calmon, Miguel. O Comissariado da alimentação. *Jornal Pequeno*. Recife, p.2, 9 novembro 1918.
- Cardim, Mario. *Ensaio de análise de fatores econômicos e financeiros do Estado de São Paulo e do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1936
- Collor, Lindolfo. O xarque e a tabella do comissariado. *A Federação*. Porto Alegre, n.222, p. 1, 19 setembro 1918.
- Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social 1890 -1920*. 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras: 2016.
- Franco, Gustavo H.B. & Luiz Corrêa do Lago. O processo econômico. A economia da Primeira República, 1889-1930. In: Schwarcz, L. M. (dir). *História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 3. A Abertura para o Mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva e Fundación Mapfre, 2012.
- Guimbeau, Amanda, Nidhiya Menon, & Aldo Musacchio. The Brazilian bombshell? the long-term impact of the 1918 influenza pandemic the South American way. WP 26929. *National Bureau of Economic Research*, 2020.
- Leal, Francisco Eugênio & Hebert Moses. In: *Correio da Manhã. A associação commercial e a moratória*. Rio de Janeiro, n. 7.179, p.3, 23 outubro 1918.
- Linhares, M.Y.L. e F.C. Silva. *História política do abastecimento (1918- 1974)*. Brasília: Binagri, 1979.
- Lobo, Eulália Maria. “Evolução dos preços e padrões de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. Resultados preliminares”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, out.-dez. 1971
- Moraes, Antonio Evaristo de. “A legitima defesa do Povo” *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro. n.º. 6, 12 dezembros de 1918

- Nascimento, Nicanor. In: *Anais do Parlamento Brasileiro*: Rio de Janeiro, sessão de 7.06. 1918, p. 53.
- Ortigão, R. *O Anno Commercial, Economico e Financeiro de 1918*. Rio: Besnard Frères. 1919
- Patterson, K.D. & G.F. Pyle. The Geography and Mortality the 1918 Influenza Pandemic. *Bulletin of the History of Medicine*. 65 (1) (1991).
- Pigou, Arthur C. *Political Economy of War*. London: MacMillan and Co., 1940.
- Pryor. In: A Noite. *Moratória e feriados*. Rio de Janeiro: n. 2.468, p.2, 27 outubro 1918.
- Santos, Michael Luiz dos. Leopoldo de Bulhões: um financista da Primeira República. Dissertação de mestrado em História Econômica. Unicamp. Campinas, 2005
- Schwarcz, Lilia M. & Starling, Heloisa M. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- Simonsen, R.C. Pelo trabalho organizado – Resposta à saudação dos companheiros de trabalho, após a terminação da epidemia de gripe espanhola, a 9 de dezembro de 1918. In *À margem da profissão*. São Paulo: Editora São Paulo, 1932 [1918].
- Toledo, E. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, maio-agosto 2017
- Vianna, Sampaio. Relatório. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 6, p.3, 6 jan 1919.
- Vidal, Gil. Afinal? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 7046, p.2, 12 junho 1918.